

Apresentar 11,
45-52, 1990

ESCOLA, NOVAS TECNOLOGIAS E MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL

José Alberto Correia *

- INTRODUÇÃO

A criação das Escolas profissionais, a revalorização do Ensino Técnico-Profissional e a implementação do Projecto MINERVA constituem as manifestações mais significativas das novas prioridades atribuídas ao Sistema Educativo em Portugal a partir dos anos 80. A promoção de uma educação para o trabalho constitui o seu denominador comum.

Susceptíveis de serem integradas nestas prioridades educativas, estas medidas apresentam, no entanto, singularidades e institucionalizam uma nova divisão social do trabalho no campo da formação cuja caracterização impõe uma referência, se bem que breve, à semi-periferização da formação social Portuguesa.

Apoiando-nos nos trabalhos de Boaventura Sousa Santos (1985, 1988) e de Carlos Fortuna (1987), iremos proceder a essa referência, preocupando-nos fundamentalmente com as características que parecem ser mais relevantes para a restituição da "lógica" que preside

à implementação das medidas em causa.

A primeira característica a assinalar é a de existência de uma autonomia alargada entre a esfera da produção e a esfera do consumo.

A importância que no sector primário adquirem as formas da exploração familiares, a importância de redes informais de solidariedade social substituindo de qualquer forma a acção de um Estado Providência em crise sem nunca o ter sido, a irrelevância que no sector secundário têm as empresas tecnologicamente avançadas e o estatuto de quase exclusividade que nas grandes e médias empresas têm os modos tayloristas de organização e exploração da força de trabalho contrastam com a expressão de hábitos de consumo característicos dos países do Centro.

Esta autonomia alargada é imprescindível para que se compreenda a "lógica" da divisão social do trabalho institucionalizada no campo da formação. Em trabalho anterior (Correia, Stoleroff, Stoer, 1989) sugerimos, com efeito, que a revalorização do ensino técnico-profissional e a criação de

escolas profissionais constituem respostas - mais ou menos estruturadas - do campo educativo a solicitações imediatas da esfera da produção e que a natureza destas respostas reflecte a predominância do taylorismo na organização desta esfera. A grelha adoptada para a definição das áreas profissionais em torno das quais se poderão estruturar as áreas de formação e os planos de estudo das escolas profissionais, o facto desta grelha se apoiar numa classificação de níveis ocupacionais produzida pelo Ministério das Corporações e Previdência Social/Fundo do Desenvolvimento da mão-de-obra e publicado em 1973 e, finalmente, o facto das indicações de carácter genérico fornecidas para a elaboração dos planos de estudo das Escolas Profissionais poderem induzir uma tendência para a subordinação de toda a formação "às competências técnicas cuja aquisição permite a execução dos gestos profissionais" foram apontados como indicadores susceptíveis de fundamentar a hipótese de que as Escolas Profissionais tendem a se institucionalizar enquanto mecanismos de

* Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

distribuição social dos custos da formação - técnica e ideológica - de uma mão-de-obra taylorista solicitada pela esfera da produção. Mas, como afirmamos, no trabalho a que já fizemos referência a "importância simbólica acordada a um sub-sistema de formação com as características que temos vindo a descrever parece constituir (...) uma resposta ambivalente a solicitações sociais imediatas e não uma medida visando (exclusivamente) a re-institucionalização de um processo de produção de mão-de-obra utilizável a curto e a médio prazo no mercado de trabalho. Ela aparece, por um lado, como uma tentativa de reforçar a interferência estatal na organização de acções de formação mais ou menos dispersas que se realizaram sob os auspícios dos dinheiros do Fundo Social Europeu e que não conduziram nem ao emprego daqueles que frequentaram essas acções nem à criação de "zonas de protecção artificiais em cujos limites ficá assegurada a sua vida material apesar de não participarem nas relações de troca" (Off) e por outro lado com uma tentativa de produzir indivíduos empregáveis mesmo quando não existem condições para a sua empregabilidade" (Correia, Stoleroff e Stoer, 1989). Ela aparece, pois, como uma tentativa de institucionalizar espaços sociais capazes de institucionalizar a transição profissional onde os actores sociais poderão circular entre situações de formação, emprego e desemprego, e não exclusivamente como uma intervenção no campo de formação visando assegurar a inserção profissional dos jovens, isto é, a sua passagem de uma situação de formação para uma situação de emprego mais ou menos estável.

O processo de produção das escolas profissionais é, no entanto, mais complexo do que a simples identificação da sua articulação

funcional com o tecido produtivo faria supor. A existência de numerosos projectos de escolas profissionais criadas no âmbito de movimento cooperativo e de iniciativa das autarquias locais, a própria natureza da intervenção desenvolvida por alguns dos responsáveis pela coordenação destes projectos, aconselham, com efeito, uma análise mais cuidadosa que, apoiando-se em estudos empíricos estruturados, não deverá excluir a possibilidade de emergir uma rede de conflitualidades entre os responsáveis por esta coordenação e entre estes e os promotores das escolas, bem como não será de excluir a possibilidade do aparecimento de práticas inovantes susceptíveis de inverterem o sentido da relação funcional referida atrás.

Ao contrário das Escolas Profissionais e do Ensino Técnico-Profissional, o Projecto MINERVA ao visar a introdução generalizada do computador na escola e a consequente alfabetização informática de toda uma geração, pelo facto de se desenvolver-se num país tecnologicamente dependente que ainda não foi capaz de resolver eficazmente o problema do analfabetismo literal, é incompreensível se se tiver exclusivamente em conta as pressões exercidas directamente pelo mundo empresarial sobre o sistema educativo. Pode-se pois, admitir que o processo da sua implementação escapa, em larga medida às pressões directas da esfera da produção e que o ritmo e as estratégias adoptadas para o seu desenvolvimento serão modulados pela esfera do consumo, escapando, pois, a pressões directas da esfera da produção.

A segunda das características dos países semi-periféricos que é importante reter é o facto de aí a força do Estado se não converter em razão do Estado, o que levou

Stoleroff e Stoer (1989) a admitirem que a especificidade destes países envolve uma "correspondência negativa" (Fritzell, 1987), isto é, que "as preocupações de legitimação aumentam na semi-periferia devido quer a um processo de acumulação condicionado, como ao acrescido papel do Estado no desenvolvimento económico" (p. 5). A importância que o Estado tem de atribuir aos problemas de legitimação ideológica para além de dificultar a instrumentalização directa da política educativa (ver Correia, Stoleroff e Stoer, 1989) e de justificar a importância que "a ideologia da modernização" adquire na estruturação da política educativa, poderá explicar os motivos porque a introdução das novas tecnologias do ensino seja justificada quase exclusivamente devido às potencialidades expressivas do computador em detrimento do seu valor instrumental.

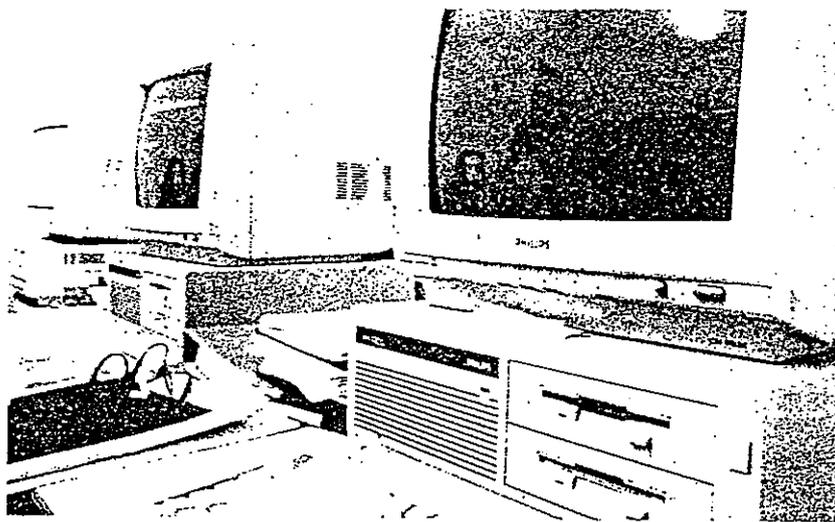
A ausência de uma "racionalidade económica" a pouca importância atribuída à "racionalidade tecnológica" e o papel estruturador desempenhado pela "racionalidade pedagógica" constituem, com efeito, uma das características mais importantes nos "discursos pedagógicos" que identificamos através de entrevistas realizadas junto dos responsáveis pelo Projecto MINERVA. O facto dos discursos tenderem a legitimar projectos pedagógicos potencialmente conflitantes e contraditórios constitui a segunda característica só explicável se se tiver em conta que a inserção do Projecto na esfera do consumo, cria condições institucionais favoráveis à expressão da autonomia alargada do campo da formação e do campo pedagógico relativamente ao campo profissional (sobre a caracterização deste três campos, ver Lesne e Barbier (1977) e Correia

(1989)).

Feita esta caracterização sucinta da inserção do Projecto MINERVA na nova divisão social do trabalho institucionalizada no Sistema Educativo Português, interessa identificar os contornos e os limites da pesquisa empírica que passaremos a apresentar.

Marcel Lesne (1984) admite ser pertinente considerar-se analiticamente um processo de formação como um processo de trabalho, isto é, um processo de transformação de uma matéria prima em produtos onde seria possível discernir relações de trabalho, objectos de trabalho, instrumentos de trabalho e produtos.

Numa primeira fase na nossa investigação que se apoiou nos resultados de um inquérito realizado junto a alunos do Ensino Secundário, preocupamo-nos fundamentalmente com a caracterização do objecto de trabalho (os jovens escolarizados no Ensino Secundário), ou melhor, com as relações que esse objecto mantém com os instrumentos de trabalho (o computador) e com o espaço socio-económico onde se poderá realizar o valor de troca do produto (o mercado de trabalho). Excluindo provisoriamente da nossa investigação o estudo das relações de trabalho (relações pedagógicas) eventualmente induzidas pelos novos instrumentos de trabalho, e não tendo atribuído uma importância relevante aos produtos (isto é, a natureza das competências produzidas pela utilização do computador no contexto escolar), delimitámos as áreas das nossas preocupações ao estudo que uma eventual influência que o contacto com a informática exerce na percepção subjectiva que os jovens têm do mercado de trabalho e à caracterização dos mecanismos que condiciona o seu acesso ao computador.



O inquérito foi realizado junto de duzentos alunos que frequentam o ensino secundário do distrito do Porto, em escolas da periferia urbana.

A maioria dos alunos inquiridos (55,2%) é do sexo feminino, e frequenta o ensino unificado (53,5%). Pertencem a famílias que, em geral, têm um nível de escolaridade bastante baixo, se bem que possuem um capital económico bastante superior ao seu capital cultural escolarmente rentável (1). Poderemos pois admitir tratar-se de uma população sobre-seleccionada no plano económico.

Mais de metade da população inquirida (52%) já reprovou pelo menos uma vez na escola, sendo mais frequentes as reprovações nos alunos pertencentes aos estratos dispostos de menor capital cultural. Uma das primeiras características relevantes da população inquirida é a existência de um desfasamento entre a posição social família (susceptível de ser objectivada através de indicadores, como o nível de escolaridade dos pais ou a sua situação profissional) e a percepção subjectiva que eles constroem desse posicionamento social. Uma análise dos dados disponíveis revela, com efeito, uma tendência para os jovens sobre-avaliarem o posicionamento social da sua família

no plano económico, cultural, nos do prestígio social ou no do nível de segurança que a família parece assegurar-lhe para o futuro.

No âmbito deste trabalho não cabe a análise deste fenómeno interessando-se reter apenas a existência da sobre-valorização que os jovens inquiridos fazem do posicionamento social das suas famílias.

O nosso trabalho, recordemo-lo, visa contribuir para a compreensão dos mecanismos de estruturação das percepções que os jovens constroem da sua relação com o mercado de trabalho, procurando caracterizar a natureza dos factores que condicionam estas percepções e contribuir para a clarificação da sua relação com o campo da informática, questionando o grau de democratização das condições de acesso ao novo bem de consumo que é o computador. Para este efeito, estabeleceu-se uma distinção analítica, a que se atribui apenas um valor heurístico, entre o que poderão ser condicionantes desta percepção com o mercado de trabalho e das relações que eles mantêm com a informática. Para essa distinção consideraram-se os seguintes factores.

1º factor - abrange indicadores que dizem respeito ao posicionamento social dos jovens e das

suas famílias e, como justificamos atrás, à percepção subjectiva que eles constroem desse posicionamento. Incluem-se aqui indicadores como o sexo, nível de escolaridade e profissão dos pais e classificação que eles atribuem à sua família no plano económico, cultural e de prestígio social. Trata-se, em última análise, de um factor intimamente ligado ao contexto social de vida dos inquiridos.

2º factor - abrange um conjunto de indicadores intimamente relacionados com a vivência escolar dos jovens inquiridos. Embora esta fase do nosso trabalho não tivéssemos tomado em conta indicadores que dizem respeito à percepção que os alunos têm dos professores ou dos factores que eles consideram mais importantes para o seu bom relacionamento escolar, ao integramos indicações que dizem respeito às reprovações, aos factores que os inquiridos mais valorizam na sua vida escolar ou aos factores considerados mais relevantes na explicação do insucesso escolar, procuramos que este factor estivesse intimamente relacionado com o contexto escolar dos alunos.

3º factor - No estudo que fizemos da relação dos jovens com o mercado de trabalho tivemos em conta ainda um terceiro factor mais relacionado com o contacto que os inquiridos têm com o mundo da informática. Aí estão incluídas informações dizendo respeito ao tipo de trabalho que eles são capazes de realizar com o computador, ao número de anos que eles têm ou não têm computador em casa e às características dos locais onde eles realizaram a sua, eventual, aprendizagem da informática.

No estudo da percepção que os jovens controem do mercado revivemos dois factores:

1º Factor - estruturado em torno das expectativas que os in-

quiridos têm relativamente ao seu futuro ou daqueles que eles atribuem aos seus pais.

2º Factor - exprime o grau de permeabilidade que os inquiridos atribuem ao mercado de trabalho na realização das suas expectativas futuras.

Nesta fase da nossa investigação, trabalhamos fundamentalmente com os indicadores que desempenham o papel mais importante na caracterização destes dois factores, a saber, os motivos que os inquiridos apontam como sendo os mais importantes para a escolha da sua futura carreira e a percepção subjectiva que eles têm da possibilidade de encontrarem um bom primeiro emprego.

OS JOVENS NA SUA RELAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO

Uma perspectiva amplamente positiva da permeabilidade do mercado de trabalho à realização das expectativas dos Jovens é um dos atributos mais importantes da população inquirida. Embora se trate de uma população que, além de ser sobre seleccionada no plano económico, apresenta, como assinalámos, uma percepção subjectiva francamente positiva do posicionamento social da sua família, é de realçar que o facto de apenas 9% dos inquiridos considerar más as suas perspectivas de obterem um bom emprego no futuro não pode ser explicável pelo actual funcionamento objectivo do mercado de trabalho em Portugal.

Esta percepção subjectiva e prospectiva do mercado de trabalho, claramente desajustada relativamente ao seu actual funcionamento, é, no entanto, estruturada em torno de um conjunto de

factores objectivos relacionados com o contexto familiar dos Jovens e/ou com a inserção deste contexto na comunidade mais restrita onde se inscreve a sua família.

Uma análise da influência que um conjunto de variáveis - indicativas quer do contexto familiar de socialização dos Jovens, quer do contexto escolar, quer ainda do seu contacto com a informática - exerce nesta percepção subjectiva conduziu-nos à identificação das variáveis sexo, nível de escolaridade do pai e prestígio social da família como desempenhando o papel mais importante na estruturação desta percepção.

A primeira variável, por si só, não exerce uma influência estatisticamente relevante ($\chi^2=5,947$ $P=0,0511$ $df=2$), embora o exerça quando considerada com as outras variáveis identificadas. Interessa assinalar a existência de uma tendência para que os jovens do sexo masculino considerem melhores as suas perspectivas futuras no mercado de trabalho que as jovens do sexo feminino (2).

A segunda variável-nível de escolaridade do pai - exerce, por si só, uma influência estatisticamente significativa ($\chi^2=32,711$ $P=0,0001$ $df=4$). Os dados disponíveis são, com efeito, reveladores da influência exercida pelo capital cultural possuído pela família na percepção subjectiva que os jovens têm da permeabilidade do mercado de trabalho. A grande maioria dos jovens oriundos das famílias cujo pai tem um nível de escolaridade elevado (67,8%) considera, com efeito, boas as suas perspectivas de obter um bom emprego, o que contrasta com os seus colegas oriundos de famílias com um nível cultural baixo (80%) ou médio (75%) que, maioritariamente, consideram essas perspectivas más ou razoáveis.

Sem querermos deixar de assinalar a existência de uma relação

estatisticamente significativa ($\chi^2=24,871$ $p=0,0004$ $df=6$) entre o posicionamento que os jovens atribuem ao prestígio social da sua família e as possibilidades que elas pensam ter de obter um bom emprego no futuro, reflectindo uma relação homóloga àquela que identificamos para o capital cultural, interessa sublinhar que o facto do contacto dos jovens com o computador aumentar a probabilidade de eles construírem boas perspectivas quanto à sua entrada no mercado de trabalho não implica que se deva admitir ser esse contacto o principal responsável pela produção dessas perspectivas. Como procuraremos mostrar ao longo, do nosso trabalho, o contacto com o computador é socialmente discriminatório, razão pela qual se pode considerar que o que é mais relevante na análise que temos vindo a conduzir é o facto de na estruturação da percepção sub-

jectiva que os jovens constroem da permeabilidade do mercado de trabalho à realização das suas expectativas:

- a sua experiência no contexto escolar desempenhar um papel irrelevante;

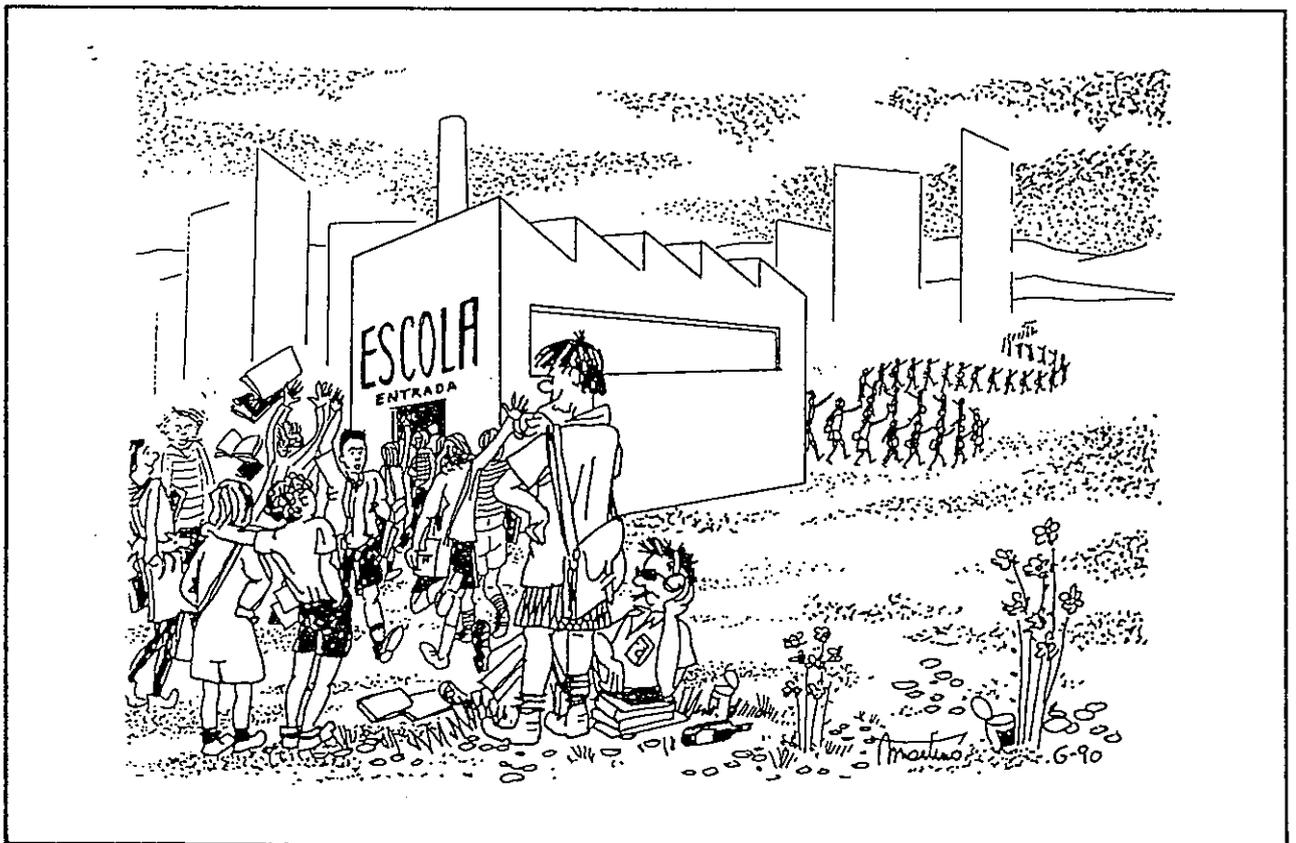
- a sua relação com o campo da informática não ser explicativa dessa estruturação, mas exercer uma influência explicável na medida em que essa relação é socialmente estruturada;

- a distribuição social do capital cultural escolarmente rentável apresentar uma estrutura semelhante à dessas percepções e de na divisão entre sexos se reflectir essa distribuição social do capital cultural.

Na estruturação do tipo de expectativas que os jovens têm relativamente ao seu futuro - segunda dimensão retida na nossa análise - também parece ser a distribuição social do capital cul-

tural e o desigual tratamento entre os sexos nos contextos sociais e familiares de socialização (intimamente ligado à distribuição do capital cultural) a desempenharem o papel mais importante. Calculado o valor do χ^2 entre as variáveis consideradas como variáveis independentes e a variável "Factores importantes para o futuro da carreira", constatou-se que esta última só mantinha uma relação estatisticamente significativa com o sexo e o nível de escolaridade do pai.

Os indivíduos do sexo masculino são de facto aqueles que em maior percentagem aspiram a uma profissão onde possam exercer um poder económico ou institucional (emprego bem pago, onde tenha muita responsabilidade ou que lhe dê prestígio), ao passo que os indivíduos do sexo feminino são aqueles que mais frequentemente aspiram a um emprego motivante



(onde não façam sempre a mesma coisa ou onde façam aquilo de que gostam). Os dados disponíveis sugerem também que os jovens oriundos de classes possuindo diferente capital cultural constroem relações diferentes com o emprego futuro. Aqueles que provêm das classes mais baixas são aqueles que menos frequentemente procuram uma profissão que lhes permita exercer um poder económico ou institucional, aqueles que mais frequentemente procuram uma profissão motivante e os únicos a apontar o pouco esforço físico e o deixar tempo livre como factores importantes na escolha da futura profissão. A profissão seria pois para eles um espaço de realização pessoal conseguida através do seu exercício ou através do exercício de outras actividades exteriores a ela.

Para os alunos da classe alta, a profissão parece ser encarada já não como um espaço de realização pessoal, mas de manutenção de privilégios sociais. Eles procuram na profissão o exercício de um poder institucional ou económico (32,1%) ou a estabilidade (28,6%).

A fraca percentagem de jovens da classe média (15,9%) assinalarem a estabilidade como primeiro factor a ter em conta na escolha da profissão e a elevada percentagem daqueles que assinalam o exercício do poder económico ou institucional (38,6%) sugere que para estes jovens a profissão está intimamente ligada a trajectórias de promoção social.

A estrutura das aspirações dos jovens no mercado de trabalho é pois da mesma forma que a estrutura das possibilidades de realização dessas aspirações, produzida fundamentalmente nos contextos familiares de socialização onde a distribuição inter-familiar do capital cultural e o desigual tratamento entre os sexos parecem desempenhar o

papel mais relevante. Os contextos escolares de socialização e o contacto com o mundo da informática são sub-determinados relativamente a estes contextos familiares.

OS JOVENS E A INFORMÁTICA E A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Os mecanismos de estruturação do acesso dos jovens ao computador e os efeitos produzidos pelas condições de acesso na utilização deste instrumento constituem, conjuntamente com a percepção subjectiva que os jovens têm das eventuais influências que as novas tecnologias poderão ter na organização da vida social, aspectos particularmente relevantes da problemática em estudo.

Nesta fase do nosso trabalho preocupar-nos-emos quase exclusivamente com os dois primeiros aspectos cujo esclarecimento consideramos ser de primordial importância para a compreensão do último.

O facto da grande maioria da população inquirida (cerca de 75%) admitir ser a aprendizagem da informática uma condição importante ou muito importante para a sua integração futura na vida social e de apenas 35% ser capaz de pôr um programa a funcionar ou de programar (3) sugere que o contacto dos jovens com a informática não é exclusivamente o resultado de estratégias individuais, mas que estas são moduladas ou mesmo determinadas pelos contextos de socialização cujo controle os jovens não podem assegurar completamente (4).

Uma análise da matriz das correlações revela a existência de uma correlação pequena entre o contacto com o computador e a importância atribuída ao computador na integração social futura e a existência de correlações clara-

mente mais importante entre esse contacto e o nível de escolaridade dos pais, o seu nível económico e o sexo. Dentro destes factores é claramente o sexo e o nível de escolaridade do pai aqueles que apresentam um valor explicativo maior do contacto dos jovens com o computador.

Os jovens do sexo masculino, com efeito, são aqueles que em maior percentagem (79,55% contra 45,95% do sexo feminino) já trabalharam com o computador bem como aqueles cujos pais têm um nível de escolaridade média ou alta (5).

A inexistência de uma relação estatisticamente significativa entre o nível socio-económico do pai e o contacto com o computador significa serem os factores relacionados com a desigual distribuição social do capital cultural escolarmente rentável e a com desigualdades de tratamento entre sexos, aqueles que exercem uma influência mais relevante na produção desta verdadeira desigualdade social no acesso ao computador.

Torna-se finalmente importante realçar que os factores de desigualdade social se reflectem quer na distribuição das condições de acesso ao computador em casa quer na estruturação do acesso ao computador na escola. Na realidade, quase todos os alunos (84,3%) cujos pais têm um nível baixo de escolaridade não dispõem de computador em casa, ao contrário de mais de metade dos seus colegas (55,56%) cujos pais têm uma escolaridade média e da quase totalidade daqueles (78,57%) cujos pais têm uma escolaridade elevada.

Realce-se também que o investimento que as famílias fazem no computador não é um fenómeno recente para as famílias de nível cultural elevado - 53,57% dos jovens pertencentes a estas famílias já possuem computador



em casa há pelo menos 3 anos, enquanto 25% o possuem há menos de 3 anos - e é um fenómeno recente para as famílias de nível cultural médio e, particularmente, para as famílias de nível cultural baixo.

Reportando-nos agora ao domínio da estruturação do acesso ao computador na escola, uma análise das correlações sugere que mais do que a situação económica da família ou sexo dos alunos é o capital cultural da família a desempenhar o papel mais importante. O coeficiente da correlação da "escolaridade do pai" e "sexo" são claramente superiores ao coeficiente de correlação que se verifica entre o uso do computador e a situação profissional do pai. Os dados de que dispomos parecem confirmar esta hipótese e, portanto, sugerem que, embora seja admissível não existir da parte dos docentes responsáveis pela implementação do Projecto MINERVA nas escolas inquiridas uma atitude deliberada de discriminação social, a verdade é que os mecanismos de estruturação do acesso ao computador na escola são homólogos àqueles que identificamos para o acesso ao computador em casa, isto é, são socialmente discriminantes e reproduzem as desigualdades sociais entre os sexos (5).

Torna-se, nestas circunstâncias legítimo questionar seriamente a ideia difundida em Portugal por alguns dos responsáveis pelo Projecto MINERVA de que a introdução do computador na escola atenuaria as desigualdades sociais perante a escola, e reflectir sobre os efeitos sociais produzidos pelas estratégias pedagógicas da sua introdução.

Uma outra ideia que tende a ser hegemónica no discurso dos responsáveis do Projecto MINERVA será, para concluirmos, objecto de uma referência breve. Referimo-nos aos efeitos pedagógicos positivos que a exploração ao computador na escola produziria, quer no desenvolvimento da autonomia dos alunos quer da sua criatividade.

Embora esta dimensão analítica, mais directamente pedagógica, seja indissociável da primeira que foi objecto do nosso estudo, e embora o seu estudo devesse ser mais prolongado e exigisse o recurso a outros meios para além daqueles que nós utilizamos, interessa realçar que os dados disponíveis nos permitem afirmar que o primeiro impacto da exposição ao computador na escola não se traduz por um desenvolvimento claro da autonomia e a criatividade dos alunos.

Estes dados sugerem, com efeito, serem os jovens que aprenderam informática sozinhos ou com a ajuda dos colegas aqueles que mais frequentemente são capazes de programar (isto é, são aqueles que potencialmente são capazes de ter uma relação mais autónoma com o computador), ao passo que aqueles que aprenderam informática com a ajuda dos pais ou na escola são aqueles que mais frequentemente são apenas capazes de ligar o computador e pôr um programa a funcionar ou de seguir as instruções que aparecem no écran se alguém lhes ligar o computador, isto é, potencialmente estão mais dependentes de terceiros ou do software disponível (6). Por outro lado, na população inquirida são os jovens que aprenderam informática na escola ou com a ajuda dos pais aqueles que frequentemente apontam ser importante ter um computador em casa para poderem fazer os trabalhos escolares e treinar o que se aprendeu na aula e que menos frequentemente apontam o computador como um instrumento importante para aprenderem coisas que não se aprendem na escola ou para explorar e inventar (7).

Ora, se tivermos em conta que a escola é o local privilegiado de formação em informática dos jovens escolarizados oriundos das classes baixas (apesar do acesso ao computador na escola ser socialmente discriminatório), já que os alunos oriundos das classes superiores são aqueles que mais frequentemente realizam essa formação sozinhos ou com a ajuda de colegas, poderemos admitir a existência de uma divisão de trabalho no campo da formação informática cujos efeitos são socialmente discriminatórios, quer quando os analisamos tomando por referência as possibilidades de

acesso ao campo, quer quando nos referimos à distribuição sociológica dos indivíduos no interior do campo.

Tudo parece pois indicar que o campo da formação informática se estrutura objectiva e subjectivamente de forma a serem os jovens oriundos das classes superiores aqueles que aí desenvolvem a autonomia e a criatividade, enquanto que os jovens oriundos das classes mais desfavorecidas ao aprenderem aí a informática aprendem a dependência e o valor exclusivamente utilitário do computador, o que prepara os primeiros para exercerem funções de concepção e direcção e os segundos para exercerem funções de execução na empresa neo-fordista tecnologicamente desenvolvida.

CONCLUSÃO

A problematização da divisão social do trabalho institucionalizada no campo da formação em Portugal a partir dos anos 80 constitui o objectivo central deste trabalho. Ao optarmos por conduzi-la através da caracterização dos mecanismos de discriminação social procurámos, por um lado, evitar cair em determinantes inscritas na noção ambígua das necessidades de modernização do país, e por outro, restituir para o campo da análise aquilo que tem sido abandonado no campo do discurso pedagógico.

A existência de mecanismos de discriminação social quer na

estruturação da percepção subjectiva que os jovens constroem do mercado de trabalho quer na estruturação das redes de acesso ao computador parece-nos ter sido demonstrada de uma forma conclusiva.

O facto desses mecanismos se gerarem fundamentalmente em torno da distribuição social do capital cultural e de produzirem efeitos que tendem a ser funcionalmente adaptados a uma distribuição social dos indivíduos pelo mercado do trabalho segmentado entre conceptores e executantes, articulado com o facto de ser a introdução do computador na escola um dos instrumentos que legitima esta segmentação, parece constituir uma das conclusões mais relevantes deste trabalho.

NOTAS

(1) Na realidade, 60,5% dos pais dos alunos inquiridos tem uma escolaridade inferior a quatro anos e apenas 1% possui uma licenciatura. Estes dados contrastam com o facto de os critérios adoptados para a classificação do nível económico da família (onde se utilizou como indicador a situação profissional do pai) nos ter conduzido a uma distribuição da população onde 25,8% dos inquiridos foram integrados na classe baixa, 44,9% na classe média e 25,8% na classe superior. Dos restantes 7,6% não dispúnhamos de elementos que nos permitissem classificá-los.

(2) Apenas 21% dos jovens do sexo feminino consideram boas as suas perspectivas futuras no mercado de trabalho, enquanto que dentro dos jovens do sexo masculino essa percentagem é de 36,4%. De entre aqueles que consideram mais essas perspectivas, 6,8% são do sexo masculino e 11% do sexo feminino.

(3) 40% dos Jovens Inquiridos não chegam a saber ligar o computador e 13%, embora o saibam ligar, não são capazes nem de seguir as instruções nem de pôr um programa a funcionar.

(4) Os dados disponíveis mostram, com efeito, que a maioria dos jovens que atribui pouca, alguma ou muita importância aos conhecimentos informáticos para a sua integração social já trabalhou com o computador.

(5) Mais de metade (51,24%) dos jovens cujos pais têm nível de escolaridade baixa nunca trabalharam com o computador enquanto que a grande maioria (75,50%) e a quase totalidade (92,86%) daqueles cujos pais têm uma escolaridade média ou alta já tiveram contacto com o computador.

(6) Na realidade, dos alunos que utilizam o computador na escola 65% são do sexo masculino e 35% do sexo

feminino.

Dentre os alunos cujos pais têm um nível de escolaridade alta 36% utilizam o computador na escola, ao passo que esta percentagem é, respectivamente, de 12% e 20% para os alunos cujos pais têm escolaridade baixa e média.

(6) Apenas 44% dos alunos que aprenderam informática na escola sabem ligar um computador e pôr um programa a funcionar ou programar, ao passo que esta percentagem é de 79% e de 64%, respectivamente, entre aqueles que aprenderam informática sozinhos ou com a ajuda de colegas.

(7) Nenhum dos alunos que aprendeu informática sozinho considera o computador um instrumento importante no apoio aos trabalhos escolares, enquanto que 25% daqueles que aprenderam informática na escola considera ser este o interesse mais importante do computador em casa.

BIBLIOGRAFIA

AVEZEDO, Joaquim; AVEZEDO, Rui; GIZARD, Xavier; IMAGINÁRIO, Luís; PENEDA, APRENDER. 11. 1990. 52

Juvenal (1988) .- "Quadros intermediários e processos de modernização", in Desen-

volvimento, Industriais e Formações Tecnológicas .- Porto: Centro de Documentação e Estu-

- dos Europeus.
- BARBIER, Jean Marie e LESNE, Marcel (1977) - *L'analyse de besoins en formation* .- Paris: Robert Janze, cop. 1986
- BERNSTEIN, Basil (1975) - *Langage et classes sociales, codes sociolinguistiques et controle sociale* .- Paris: Ed. Minuit
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude (1970) - *La reproduction. Elements pour une theorie du systeme d'enseignement* .- Paris: Editions de Minuit.
- CARNEIRO, Roberto (1988) - *Portugal: Os Próximos 20 Anos, V. Vol., Educação e Emprego em Portugal, uma Leitura de Modernização* .- Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CORREIA, José Alberto (1988) - *"Mudança e Inovação nos Sistemas Educativos"*, in *Aprender* nº 5, Junho 1988, pp. 31-41.
- CORREIA, José Alberto (1989) - *Inovação Pedagógica e Formação de Professores* .- Porto: Edições ASA.
- CORREIA, José Alberto, STOLEROFF, A. D., STOER, Stephen (1989) - *A ideologia da modernização e o Sistema Educativo* .- Comunicação apresentada ao Seminário "Educação e Formação Tecnológica" realizado na ESE do Porto, policopiado.
- Decreto-Lei nº 26/89 de 21 de Janeiro .- Documentos Preparatórios, I, II, III, IV, (1987-1988) .- Lisboa: GEP.
- ELLUL, Jacques (1988) - *Le Bluff Technologique* .- Paris: Hachette
- FORTUNA, Carlos (1987) - *"Desenvolvimento e Sociologia Histórica: acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semiperiferia"*, in: *Sociologia* nº 3, 1987, pp. 163-190.
- GOULNER, Alvin (1978) - *La dialectica de la ideologia y la tecnologia* .- Madrid: Alianza Editorial.
- GORZ, Andre (1988) - *Metamorphoses du Travail* .- Paris: Galilee.
- GRÁCIO, Sérgio (1986) - *Política Educativa como Tecnologia Social* .- Lisboa: Livros Horizonte.
- GRIGNON, Claude (1971) - *L'ordre des choses. Les fonctions sociales de l'enseignement technique* .- Paris: Ed. Minuit.
- JAMATI, Viviane Isambert (1984) - *Cultura Técnica e Crítica Social na Escola Elementar* .- Lisboa: Livros Horizonte.
- KERN, Horst e SCHUMANN, Michael (1984) - *"Vers une professionalisation du travail industriel,"* in *Sociologie du Travail* nº 4.
- LESNE, Marcel (1984) - *Lire les pratiques de formation d'adultes: essai de construction theorique à l'usage des formateurs* .- Paris: Edilio
- MILLOT, B., RIBOLZI, L. SUBIRATS, M. e TIMMERMANN, D. (1983) - *"Chomage et formation dans quatre pays europeans"*, in *Pratiques de Formation* nº 6.
- OFFE, Claus (1984) - *Problemas Estruturais do Estado Capitalista* .- Rio de Janeiro: O Tempo Brasileiro.
- PINTO, José Madureira e QUEIROZ, Maria Cidália (1988) - *Lugares de Classe e Contextos de Aprendizagem Social* .- Comunicação ao 1º Congresso Português de Sociologia (Policopiado)
- SANTOS, Boaventura Sousa (1985) - *"Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: o caso português"*, in *Análise Social* nº 87-88-89.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1988) - *"O Social e o Político na Transição Post-Moderna"* in *Comunicação e Linguagem* nº 6/7.
- STOER, Stephen R. (1986) - *Educação e Mudança Social em Portugal, 1970-80, uma década de transição* .- Porto: Edições Afrontamento.
- STOER, Stephen R., DALE, Roger, STOLEROFF, Alan e CORREIA, José Alberto (1989) - *A Política Educativa em Portugal na Década de 80: organizações internacionais e especificidades nacionais (lógicas em competição - sua origem e implicações* .- Comunicação apresentada no Seminário "Educação e Formação Tecnológica" realizado na ESE do Porto (policopiado).
- STOLEROFF, Alan David (1988) - *Novas Tecnologias e Vias Não-Fordistas de Desenvolvimento Industrial em Portugal: uma abordagem sociológica* .- Comunicação apresentada ao colóquio sobre Modernização, ISCTE, 22 de Novembro de 1988 (policopiado).
- TANGUY, Lucie (1986) - *L'introuvable relation formation-emploi, un état des recherches en France* .- Paris: La Documentation Française.
- VASCONCELOS, M. (1983) - *"La demande de formation en periode de crise"*, in *Pratiques de Formation* nº 6.